



PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES – BHU

JULYANNI ALMEIDA GRANDIM

**EDUCAÇÃO LIBERTADORA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA  
DECOLONIAL: uma análise interseccional da obra de bell hooks Ensinando a  
Transgredir – A Educação como Prática da Liberdade**

ACARAPE – CE

2021

JULYANNI ALMEIDA GRANDIM

**EDUCAÇÃO LIBERTADORA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA  
DECOLONIAL: uma análise interseccional da obra de bell hooks Ensinando a  
Transgredir – A Educação como Prática da Liberdade**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU) vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosângela Ribeiro da Silva

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva (Orientadora)

---

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa

---

Profa. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz

ACARAPE – CE

2021

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	4
<b>2. HIPÓTESE</b>	11
<b>3. OBJETIVO GERAL</b>	11
<b>4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	11
<b>5. JUSTIFICATIVA</b>	12
<b>6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	20
<b>7. METODOLOGIA</b>	22
<b>8. RESULTADOS ESPERADOS</b>	23
<b>9. CRONOGRAMA</b>	24
<b>Referências Bibliográficas</b>	25
<b>Sites</b>	26

## 1. INTRODUÇÃO

Sempre estudei em escola pública, minhas primeiras experiências se deram na Escola José Possidônio Maia, localizada na comunidade de Catarina I, Zona Rural do município de Barreira, local onde resido. Nesse colégio estudei até a 3<sup>o</sup> série do fundamental I quando o mesmo fechou, passei então a estudar em uma outra escola que se localiza em uma comunidade vizinha. No primeiro dia de aula na Pedro Alexandrino de Lima me deparava com uma outra estrutura um tanto diferente das únicas duas salas que formavam a minha escola antiga, tinha um pátio bem maior, uma mini biblioteca e até uma quadra para praticar esportes. Eu gostava das aulas no colégio novo, muitas delas me despertavam a criatividade, tinha vezes que fazíamos peça teatral para trabalhar algum tema ou assunto, outras vezes paródia, apresentação com música, as aulas ficavam dinâmicas e alguns professores sempre tentavam levar algo diferente mesmo com todas as limitações existentes naquele espaço.

Eu amava aqueles processos de aprendizado, principalmente aqueles que me permitiam mais liberdade para criar, construir, como no caso das esquetes teatrais, e meu apreço pelo teatro segue até hoje, devido as vivências no ensino fundamental. O ensino médio foi marcado por um processo mais metódico, mais técnico e isso foi me tirando o apreço pela escola. Eu estudava em uma Escola Estadual de Educação Profissional (E.E.E.P.), onde se conciliava as matérias do currículo de base normal com as que pertenciam ao nível técnico do curso que fazia. O foco da escola era sempre alcançar os melhores resultados, como no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAEBCE), obter um número expressivo de aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com o curso técnico tinha-se uma cobrança, principalmente com a postura e o comportamento, ambos tinham que ser de um profissional, nos era instigado o espírito da competitividade fosse ele com o mercado, com o acesso a universidade e até mesmo entre as turmas que compunham a escola.

A universidade sempre foi um sonho, o qual de forma direta e indireta não realizei sozinha. As minhas queridas professoras do fundamental e do médio tenho enorme gratidão pelas palavras de incentivo, pela motivação, pelo zelo, se assim não ocorresse dificilmente estaria cursando o ensino superior hoje, afinal eu não tinha muitas esperanças de chegar à graduação.

Sou filha de agricultores com muito orgulho e apesar de Dona Fátima e Seu Francisco prezarem por meus estudos, eu acreditava que não conseguiria chegar ao espaço acadêmico. Mesmo sendo boa aluna e tirando boas notas, minha autoestima enquanto estudante permeava a dualidade da possibilidade de conseguir realizar meu sonho com uma mistura de sentimentos pessimistas e uma pergunta que os acompanhava: Será que a universidade não é uma aspiração muito alta para mim?

Chego à UNILAB no curso de Humanidades no final de 2018, o sonho se tornara concreto, eu era a primeira de minha família a cursar um curso de nível superior. Com as disciplinas, discussões com as quais não tinha afinidade ou mesmo era conhecedora foram fazendo parte da minha vida não apenas acadêmica, no ensino fundamental e médio não me recorro de termos dialogado em aulas sobre temas como racismo, feminismo, opressões de gênero, homofobia, classe social. O curso de Humanidades estava me possibilitando uma desconstrução de pensamentos e ideias e o acesso às informações e leituras foram facilitadores para uma construção de olhar crítico e reflexivo sobre a sociedade.

Começo então a olhar para a minha trajetória escolar e de forma reflexiva olho para as minhas experiências vivenciadas no ensino fundamental e médio. De maneira não mais individualista passo a notar os conflitos que faziam parte do coletivo. Esses conflitos passaram a ser observados a partir das indagações com as quais os meus questionamentos iam dialogando. As interrogações me permitiram depreender que a universidade tida por minha pessoa como um espaço ao qual não poderia fazer parte talvez não fosse um sentimento somente meu, outras pessoas também poderiam encarar o ensino superior como privilégio que apenas alguns alcançariam. Quando os marcadores sociais sobrepõem um peso mais intenso sobre certos corpos é possível entender o sistema de desigualdades que permeia a sociedade.

Quando no ensino médio a escola já não mais despertava a mesma empolgação que o ensino fundamental, certamente era devido às metodologias de ensino e aprendizagem que eram empregadas. Isso me motivou a entender as diferenças existentes entre a educação como prática da liberdade e o modelo de educação bancário, capitalista.

A Educação Libertadora, método de Paulo Freire, não está baseada apenas na mera alfabetização tradicional. Ela parte da perspectiva de uma ideia que os alunos

devem ir além do conhecimento de regras, linguagens e métodos e sejam inseridos na esfera social, econômica e política e possam exercer seu papel de cidadão. O método de educação libertadora posiciona o professor junto aos alunos como aprendizes, o educador sai da posição de detentor de todo o conhecimento e as atividades em sala de aula são organizadas em conjunto, os debates sócio-políticos também fazem parte deste método de ensino. É fundamental nesse percurso que os educandos possam refletir sobre a realidade que estão inseridos, desenvolvam consciência e autonomia. O método de Freire conta com três estágios, a investigação, que se configura como a discussão feita entre professor e aluno sobre questões que permeiam o grupo social do qual o discente faz parte; a tematização, que é a conscientização com relação à sociedade e o mundo e a problematização, momento no qual o educador motiva os educandos e os provoca a serem críticos, atingindo a tomada de consciência.

Uma das motivações para querer pesquisar sobre a educação libertadora além da própria motivação pessoal a partir das vivências como aluna no ensino fundamental e médio, é também por perceber a importância de dialogar com uma temática que se faz sempre atual, no caso, a relação existente entre educação e capitalismo.

O sistema capitalista consegue usar a escola como um instrumento de reprodução das desigualdades, “a escola é, portanto, própria das sociedades de classes e nasce atrelada ao Estado, em decorrência da necessidade reprodutiva desse tipo de sociedade” (MACENO; SILVA, 2020, p.147). No capitalismo a educação assume o papel da promoção do desenvolvimento econômico e da reprodução dos valores capitalistas. Na escola de modelo capitalista não é instigado aos sujeitos questionarem ou mesmo se incomodarem com a realidade que os cerca.

A educação assume o interesse da classe dominante, a finalidade é a manutenção do sistema e que continue sendo fornecido uma mão de obra barata e o proletariado sempre esteja subordinado aos donos do meio de produção, é criado desta forma uma relação de dependência necessária para a acumulação do capital, “o capitalismo é o único sistema social no qual a reprodução das condições sociais de desigualdade requer que os trabalhadores tenham acesso ao saber formal oriundo da educação escolar para a sua reprodução” (MACENO; SILVA, 2020, p.148).

Os discursos de universalização da educação e educação para todos, por mais bonitos, escondem os interesses capitalistas, os empresários carecem de trabalhadores

que encontrem-se qualificados para exercer as atividades de forma eficaz, em vista de um mercado cada vez mais competitivo e crise do capital sempre iminente a qualificação é fator primordial. As instituições de ensino caminham em concordância para atender o mercado, “[...] a educação tem sido chamada, em última análise, a cumprir o papel basilar, não de construir o homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, que é o motor fundamental da dinâmica do capital” (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p.4.). Aprisionar os indivíduos a ignorância é uma forma de possibilitar que o sistema capitalista não seja ameaçado.

Em uma época de constante busca do progresso e desenvolvimento, modernização, valorização do capital, eurocentrismo e Globalização, o colonialismo ganha novos aspectos e assume outros modos de exploração, alienação e produção de silenciamentos com o objetivo de manter e sustentar padrões de opressão. Falar sobre sistemas de dominação é pensar na relação entre opressor e oprimido, colonizador e colonizado e a partir da análise dessas relações discutir como que um determinado padrão de poder se perpetua e se reinventa até os dias atuais. O silêncio seja em qualquer esfera é uma construção social e essa construção se dá pela imposição de uma voz única, uma voz que fala por todas as outras e impede que a pluralidade do falar aconteça.

Começar a discutir os silêncios é uma maneira de subverter e exceder a violência epistêmica, que é a história única que por sua vez reforça os discursos colonialistas, a ideia de superioridade de saberes, conhecimentos e culturas, de uma visão de mundo eurocentrada e ocidentalizada que contribui para a articulação e desenvolvimento dessa única visão de mundo, descartando outros sistemas de conhecimento e assim fomentando o silêncio dos povos subalternizados. Colocar que um determinado grupo de indivíduos ocupa um lugar subalterno, não significa inferir a ideia propriamente dita da existência de um grupo inferior, mas que essa subalternização se dá através de uma construção de teorias pré estabelecidas que remetem à hegemonia de um grupo específico de sujeitos e a depreciação de outro. Castro-Gómez (2005) aborda sobre o fenômeno denominado a “invenção do outro”, segundo o autor:

Ao falar de “invenção” não nos referimos somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente a outras, mas nos referimos aos dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.88).

A “invenção do outro” está ligada a violência epistêmica, Castro-Gómez (2005) fala também sobre o perfil ideal de sujeito dentro do contexto de modernidade, para a aquisição da cidadania é necessário passar por um processo de adequação a esse padrão de perfil exemplar de pessoa, no caso, homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual e aqueles que não se encontram dentro desse modelo serão excluídos.

Os indivíduos que não cumprem com estes requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da “cidade letrada”, reclusos no âmbito da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os exclui (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.89).

Essa categorização de seres superiores e inferiores deriva ao período da colonização dos povos da América Latina e África, os europeus se colocavam no papel de salvadores e libertadores, que eles seriam os responsáveis por civilizar os habitantes daquelas sociedades e por trás desse ideário do europeu, homem branco salvador, estava expresso a ideia de modernidade e também o imperialismo, a busca por expansão territorial e o acúmulo de riquezas. De acordo com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), os europeus se colocavam como os criadores e protagonistas da modernidade e deste modo conseguiram estabelecer e difundir dentro do padrão mundial de poder a perspectiva hegemônica.

Quijano (2005) discute que por meio da categoria de raça foi ocorrendo uma naturalização das relações coloniais de dominação entre os europeus e não europeus, na América a ideia de raça foi constituída como uma maneira de legitimar as dominações impostas pela conquista, assim a Europa passou a se tornar o centro da expansão colonial difundindo o eurocentrismo.

Nas palavras do autor, “desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p.118). Falar das estruturas de poder é pensar como a escola assume um papel duplo, ao mesmo tempo que ela é apresentada e colocada como um espaço de quebra das desigualdades e possibilidade de transformação social, ela também funciona como um meio de produção de um padrão de conformismo, no ato mecânico de ensino.

Com isso, vem a necessidade de não parar somente na academia, mas buscar a transformação das relações sociais, pois não existe um ser único, com isso se faz

necessário pensar a história de um outro modo, por um outro olhar, romper com os silenciamentos, questionar como essa história única é contada e se perguntar quem é essa voz que quer falar por mim? Por que é ensinado a não se incomodar com os silêncios mesmo eu tendo a necessidade de falar e de que a outra voz me escute? Nesta relação, quem é o opressor e o oprimido e que tipo de sociedade está sendo construída por meio dessas desigualdades de vozes?

Muitas pessoas passam a vida inteira alienadas e o que liberta o alienado é o conhecimento, afinal, se você não sabe, conseqüentemente, você não luta. Fazer com as pessoas ainda na juventude entendam os sistemas que as oprimem é criar um problema, porque essas pessoas não serão mais condescendentes desse sistema, desse modo a educação como prática da liberdade é um instrumento de revolução, de crítica a escola capitalista e ao modelo de educação bancária, modelo esse criticado por Paulo Freire na obra *Pedagogia do Oprimido* (1968) e também por bell hooks no livro *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade* (1994). Mediante aos apontamentos, Educação Bancária × Educação Libertadora pode-se pensar: Como construir práticas pedagógicas decoloniais, buscando um modelo de educação contra-hegemônico, se ainda vivemos dentro de um padrão colonial sustentado por um sistema de opressão e dominação?

Conforme a elaboração e desenvolvimento da pesquisa de cunho teórico-bibliográfico e também por meio de uma abordagem de análise interseccional das obras *Pedagogia do Oprimido* (1968) de Paulo Freire e *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade* (1994) de bell hooks, trabalhando assim o educar para transformar, fazendo uma crítica à educação como ato de dominação, visa-se, conforme a autora, o conhecimento de cada estudante e a criação de uma sala de aula segura na qual os alunos estejam livres para ser quem são.

Nossa hipótese neste trabalho de pesquisa é que um modelo de educação que tem um ato mecânico de ensino, estimula a ingenuidade, satisfaz os interesses opressores e que tem uma comunicação unilateral, no qual o educador detém todo o conhecimento, produzindo veementemente práticas pedagógicas monológicas e de alienação, só pode ser subvertido por uma pedagogia decolonial e libertadora produzindo diálogo, reflexão e uma relação horizontal e transformadora.

Nesse sentido, pretendemos trabalhar em primeiro momento o papel que a educação libertadora pode exercer dentro do atual contexto social em que os mecanismos de opressão operam de forma incisiva. Considerando os fatores socioeconômicos responsáveis pela marginalização expressiva de grupos sociais e também a exposição às condições de vida desumana, o ensino como prática da liberdade pode contribuir para que as pessoas que se encontram nesses grupos sejam agentes transformadores de suas realidades, busquem caminhos para lutar e mudar as situações que lhes são condicionadas e que os colocam em um lugar de inferioridade.

Fazer com que se identifique quais mecanismos operam na opressão de comunidades periféricas, por exemplo, é permitir uma inserção dessas populações na História para que assim os enigmas de nossa sociedade sejam decifrados e entendidos, a educação nesse sentido tem papel revolucionário, já não se encontrando a serviço do capitalismo, mas sendo um aparato para defrontar os discursos de meritocracia e a romantização do acesso à educação, que colaboram para esquivar o Governo de suas responsabilidades com a garantia de um acesso a um ensino democrático e de qualidade para a população.

Em segundo momento o presente estudo irá buscar trabalhar a sobreposição das identidades sociais e os sistemas de dominação a partir da obra de hooks *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade* (1994) fazendo uma ligação com a *Pedagogia do Oprimido* (1968) de Freire, construindo um diálogo em torno da educação libertadora. A intersecção de categorias como raça, gênero, classe social, grupo etário, orientação sexual e outros fatores que compõem as identidades, são eixos que interagem entre si e ajudam na compreensão das injustiças que ocorrem de modo multidimensional na sociedade. As intolerâncias que são baseadas na crença, machismo, sexismo, homofobia, transfobia, racismo, xenofobia, são exemplos de opressões e discriminações que não ocorrem de forma independente, mas se relacionam entre si. A escola como um espaço pertencente à sociedade não se encontra dissociado desses acontecimentos, não está isenta dos mecanismos que oprimem e por vezes as práticas discriminatórias ocorrem no próprio local escolar.

Em um país como o Brasil marcado pelo mito da democracia racial, pelo patriarcado, pela xenofobia, pela hostilização das religiões de matrizes africanas, pelo racismo estrutural, a ideia de uma nação sem diferenças é apenas uma forma de neutralizar as diversas culturas desconsiderando aquilo que forma a identidade nacional,

para uniformizar a construção de uma cultura com características e viés ocidentais, europeus.

A obra *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade* (1994), por mais que date da década de 90, as discussões de hooks apresentadas no livro possui relevância na atualidade, em especial por ser um tempo no qual a educação pública sofre grandes ataques. bell hooks escreve sobre uma pedagogia engajada e transformadora na qual é ensinado aos alunos a transgredir as barreiras que atingem a sua liberdade.

## **2. HIPÓTESE**

Nossa hipótese neste trabalho de pesquisa é que, conforme os escritos de Paulo Freire, um modelo de educação que tem um ato mecânico de ensino, que estimula a ingenuidade, que satisfaz os interesses opressores e que tem uma comunicação unilateral, no qual o educador detém todo o conhecimento, produzindo veementemente práticas pedagógicas monológicas e de alienação, só pode ser subvertido por uma pedagogia decolonial e libertadora produzindo diálogo, reflexão e uma relação horizontal e transformadora. Nos marcos do capital, é possível ensaiar esse novo modelo de prática educativa, acreditando na categoria da possibilidade, dentre as alternativas que estão ao nosso alcance.

## **3. OBJETIVO GERAL**

- Abordar o pensamento decolonial como possibilidade de criação das narrativas pedagógicas decoloniais para a formação e engajamento de sujeitos críticos na escola rural Pedro Alexandrino de Lima do município de Barreira, Ceará.

## **4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar elementos de narrativas decoloniais na educação como prática da liberdade na luta contra os mecanismos de opressão;
- Analisar de modo interseccional a obra *Pedagogia do Oprimido* (Freire) e a obra *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade* (bell hooks) e

suas contribuições para o Projeto Político Pedagógico da escola rural Pedro Alexandrino de Lima, Barreira, Ceará.

## 5. JUSTIFICATIVA

A educação é um dos debates centrais na atualidade até mesmo para as discussões em torno dos papéis sociais que a escola exerce. Falar desses papéis sociais é adentrar na discussão que envolve o senso comum de que a escola serve para ensinar conteúdos e a família valores, entretanto, esse pensamento reforça a ideia de um espaço que está ali para oferecer um ensino sistematizado, no qual o aluno deve aprender a ler, escrever e desenvolver habilidades matemáticas, sendo que o ambiente escolar é um espaço social onde crianças, jovens e adolescentes aprendem a conviver com os diferentes, desta forma, não se trata apenas do ensinar conteúdos.

Levando em conta o contexto histórico do Brasil, a escola foi pensada para elite, visto que os jesuítas se preocupavam com a catequese dos índios e o ensinar as primeiras letras aos filhos dos colonos, não se tinha uma preocupação com a escolarização, por se tratar de uma colônia rural, os trabalhos exercidos eram braçais e entendia-se que não fazia sentido o trabalhador da roça aprender a ler e escrever. Com a chegada da família real ao país a educação escolar mantinha-se sendo um privilégio da classe dominante, somente na década de 60 que a popularização da escola ocorreu.

Ao mesmo tempo que essa popularização ocorre, a escola não estava preparada para receber a todos. É necessário considerar alguns outros momentos históricos para entender como ocorre a reformulação da educação. Depois do início da industrialização, dos modos como a produção industrial se organizava, com o Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, ver-se a necessidade de um novo tipo de operário, um trabalhador multifuncional e esse tem que atender as demandas do mercado, deste modo com o sistema capitalista acontece as mudanças nos currículos escolares e a educação passa a acompanhar o mercado de trabalho. Nesse sistema educacional estreitamento mercadológico, o objetivo não é de que os sujeitos de fato aprendam, mas que eles tenham informações rápidas para que a exploração da classe proletária se dê de forma mais assídua.

Neste modelo de ensino que se constitui, não é trabalhado um indivíduo crítico, reflexivo, que tenha autonomia e muito menos é levado em conta o ambiente sociocultural que o aluno pertence e como a escola vai agir mediante. A educação libertadora é um aparato para questionar os currículos que são proporcionados aos alunos, em que a humanidade e a sociabilidade é extremamente falha em algumas instituições, na qual os educandos têm uma formação tecnicista. Não é levado em conta como esses alunos se veem dentro desses currículos, as teorias ensinadas não são trazidas para as suas realidades, os estudantes não são ativos na produção do conhecimento.

A educação tradicional tem foco no professor, dono do saber e responsável pela transmissão do conhecimento. Debater sobre metodologias ativas, formas de trabalhar que tragam a oportunidade do aluno está no protagonismo da sua aprendizagem, em que o conhecimento não tem barreiras e não fica preso, é colocar os sujeitos no centro do processo, é resistir a essa herança ruim que a educação traz dos processos industriais. Tratar das metodologias ativas não é fácil e um dos grandes desafios é reposicionar o professor e a professora para que sejam mediadores, estimuladores da aprendizagem.

Romper com o modelo de educação bancária é voltar o olhar para a formação de professores. Se o processo de conhecimento e escolaridade não sair do colonialismo, da padronização de sujeitos, a escola ainda vai continuar a servir o mercado, seja ele econômico ou social. De acordo com Freire (1987) a educação tem dois caminhos: ou ela é libertária, em que contesta o contexto econômico, a perversidade do mercado e assim vai transformar as pessoas e as pessoas irão transformar a sociedade ou ela vai servir à economia.

O padrão de indivíduos é reforçado quando se estuda somente a Europa e a América do Norte, o indivíduo social brasileiro por exemplo é desconhecido, a questão racial e de gênero são dois temas quase inexistentes nos currículos escolares. O ensino da sociologia e da filosofia é amplamente desvalorizado no Brasil, sendo que essas disciplinas têm grande importância na formação humana, na construção da criticidade, do reconhecimento de papéis do sujeito na sociedade. As Ciências Humanas constitui não somente a relação do ser humano com a sociedade, mas também com os outros indivíduos. A retirada de investimentos nessa área principalmente no que concerne este governo atual é sistematicamente estratégica, num governo autoritário cidadãos autônomos são prejudiciais e ameaçam a permanência no poder, as justificativas são

apoiadas na lógica de que nas áreas mais técnicas o retorno financeiro é mais veloz. A educação é então articulada com o capitalismo ao ponto que as ameaças à democracia, o retrocesso histórico e o aumento das desigualdades sejam aceitos de forma passiva pela população, pois o imprescindível é a manutenção dos sistemas de opressões.

Segundo matéria publicada em 12 de maio de 2021 no portal G1<sup>1</sup> o orçamento que se destina as universidades federais pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2021 teve uma redução de 37% no que se refere às verbas para o custeio das despesas discricionárias, que seriam limpeza, água, luz e também a manutenção da infraestrutura, segurança, programas de auxílio estudantil entre outras, isso comparado às de 2010 que o valor orçamentário era de R\$ 7,1 bilhões, em 2020 o valor também se mostra superior ao de 2021, sendo de R\$ 5,5 bilhões comparado com R\$ 4,5 bilhões respectivamente. Os números apresentados na notícia são da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), nessa comparação com os valores do ano passado o corte chega a cerca de 1 bilhão.

Em conteúdo exposto no dia 14 de fevereiro de 2021 e atualizado em 17 de fevereiro do mesmo ano o jornal Folha de São Paulo<sup>2</sup> apresenta que os investimentos do MEC logo nos primeiros dois anos de governo do Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) foram os menores desde 2010, o impacto não se consolidou apenas no Ensino Superior e Profissional como também afetou a Educação Básica. A Folha de Pernambuco<sup>3</sup> em 22 de fevereiro de 2021 traz que o ano de 2020 encerrou com o menor gasto por parte do Ministério da Educação com a Educação Básica na última década. A pasta do atual governo no qual o ensino deveria ser prioritário foi marcada pela redução de recursos. No ano passado o MEC gastou R \$48,2 bilhões na Educação Básica, esse valor é 10,2% menor em relação a 2019 e se torna o menor desde o ano de 2010.

A queda expressiva de recursos na área da educação acontece em meio a um período delicado da história, a Pandemia do Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo SARS-CoV 2, no Brasil o número de mortos pelo vírus já ultrapassa a marca de

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/12/ciencia-e-tecnologia-acabaram-em-11-anos-orcamento-do-mec-para-as-universidades-federais-cai-37percent.ghtml> Acesso: 22 de Julho de 2021.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/sob-bolsonaro-gasto-do-mec-com-investimentos-e-o-menor-desde-2015.shtml> Acesso em: 22 de Julho de 2021.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/na-pandemia-mec-registra-o-menor-gasto-para-educacao-basica-da-decada/173510/> Acesso em: 22 de Julho de 2021

500 mil. Os impactos sociais estão sendo sentidos não só na educação, no qual milhões de alunos estão impossibilitados de frequentar as escolas devido às medidas de isolamento e distanciamento social e outros protocolos de segurança visando o não aumento de casos e a transmissão massiva da doença. Setores econômicos, culturais e políticos também estão tendo repercussão negativa. Desemprego e inflação apresentam índices significativos, o negacionismo do Governo Federal e a lentidão na compra, distribuição e aplicação de vacinas se tornou ponto agravante na atual situação enfrentada pela população brasileira, principalmente no que se refere ao quadro de mortes pela COVID-19 no país.

A classe trabalhadora e a população vulnerável são os que mais experienciam as desigualdades geradas ou agravadas neste tempo. A Pandemia do Coronavírus mostrou o quanto o acesso à educação nas escolas brasileiras ainda é precário e desigual, essencialmente com os cortes de verbas para a área os conflitos que permeiam as instituições ficaram expostos. A evasão escolar, a precariedade das estruturas de ensino, o mal uso do dinheiro público, amplamente foram sentidos no modelo de ensino remoto adotado como forma de continuar as aulas no país no período de isolamento social. Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos estudantes para acompanhar as aulas virtuais é o acesso a Internet, a ausência de um espaço adequado para estudar e a falta de aparelhos eletrônicos. Os impasses do ensino remoto atingiram também os professores.

Dando continuidade as informações fornecidas na matéria do jornal Folha de Pernambuco, a única ação efetiva do governo federal para as escolas de Educação Básica no período de Pandemia, foi o remanejamento de R\$ 672 milhões para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no qual transfere dinheiro as unidades educacionais. Esse montante não chega a 15% do recurso que a Educação Básica perdeu em 2020 em comparação a 2019. No ano de 2020 o governo retirou do MEC R \$1,4 bilhão para o financiamento de obras federais gerenciadas por outras pastas, com isso é possível perceber que no atual governo a educação não se instaura como uma prioridade. A Folha de Pernambuco ainda traz destaque para a ressalta que chegou a fazer o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que também é filho do presidente da República, no qual salientava que o papel do então ex-ministro da educação Abraham Weintraub era o de liberar o combate aos temas considerados de esquerda. A educação assume no país um caráter ideológico e o foco já não era a melhoria do ensino básico, mas a construção de manobras de silenciamento. A expansão

de escolas cívico-militares, a educação domiciliar e as tentativas de redução da autonomia das universidades com as escolhas dos reitores figuram-se como destaque na agenda do MEC. As informações trazidas na matéria revelam ainda que no ano de 2019 criou-se uma comissão no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para fazer uma seleção ideológica das questões do Enem. As edições da prova sob o governo de Bolsonaro ignoram questões sobre a ditadura militar.

Em fevereiro deste ano foi lançado o edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2023, edital esse que será responsável por selecionar os livros que serão adotados nas séries de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em 2023. De acordo com matéria publicada no site PublishNews<sup>4</sup>, o que chama atenção no edital para o PNLD 2023 é o anexo III, em que são colocados os critérios para a avaliação pedagógica das obras, o item 2.3 discorre que os livros deverão observar os princípios éticos necessários para à construção da cidadania e o convívio social republicano.

O edital de 2023 apresenta deveres como a promoção positiva da imagem do Brasil, a amizade entre os povos, os valores cívicos, como o respeito e o patriotismo. O atual governo ao deixar de exigir princípios éticos e democráticos no novo edital do PNLD, ao retirar os itens que proíbem a veiculação de estereótipos de gênero, preconceitos como ideias racistas, homofóbicas e transfóbicas e que violam as políticas contra a violência às mulheres e à população LGBTQIA+ expõe o autoritarismo bolsonarista tendo em vista o edital publicado em 2019 no qual tais itens listados acima foram suprimidos do atual edital de 2023.

Conforme informações do jornal CartaCapital<sup>5</sup> a vigente governança do país ao agir diretamente sobre o Programa Nacional do Livro Didático tem por consequência dois impactos, o pedagógico, com a interferência nos conteúdos que as escolas deverão adotar e o segundo se dá sobre o mercado editorial, sendo o governo um grande consumidor passa a se produzir o que o mesmo gostaria de comprar, assim as editoras passam a fazer escolhas e até autocensurar suas publicações.

O presente Governo Federal é uma ameaça à educação, o modelo conservador promulgado pelas ações políticas é pensado para reprimir a participação popular nos

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://mobile.publishnews.com.br/materias/2021/02/12/pnld-2023-deixa-de-exigir-itens-de-observancia-a-principios-eticos-e-democraticos> Acesso em: 23 de Julho de 2021

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/edital-do-pnld-expoe-autoritarismo-bolsonarista/> Acesso em: 23 de Julho de 2021

acontecimentos políticos que ocorrem no país. As políticas sociais e seu apagamento caminham na dinâmica das relações do poder com o objetivo de extinguir os espaços democráticos, o que se pretende é que os sujeitos possam agir sempre de acordo com o que convém para a lógica bolsonarista, sobretudo na propagação de ideias e pensamentos ultraconservadores. Um modelo de educação emancipatória que possa servir de instrumento para combater a barbárie contemporânea que ocorre no Brasil é tudo o que deseja se distanciar a recente presidência do país.

Através dessa pesquisa pretende-se buscar uma reflexão sobre o modelo de educação tradicional levando em conta o estudo e a análise da definição de termos como: colonialidade, colonialismo, opressor, oprimido, decolonialidade, contra-colonialidade, hegemônico, contra-hegemônico, alienação, educação bancária, educação libertadora e até mesmo a próprio termo educação. Deste modo romper com a hierarquização dos saberes e promover a diversidade e multiplicidade, um modelo educacional que promova a conscientização e a transformação social e abandone as velhas formas de pensamento.

Trabalhar uma pedagogia transformadora, uma educação como prática da liberdade é um meio de se combater os ideais ocidentais, de se combater essa imposição de uma história única na qual tudo é apontado para o homem branco, para o que ele “construiu” e assim descentralizar este olhar colonizado, quebrar com os silêncios dentro da escola, os silêncios referentes às desigualdades.

Eliane Cavalleiro afirma que “observar as relações interpessoais que na escola se vivenciam é, penso, essencial quando se entende a Educação como um dos principais fatores de desenvolvimento da cidadania” (CAVALLEIRO, 2012), a escola precisa ser um espaço onde todos possam aprender e que os conteúdos aprendidos possam passar por uma reflexão dos alunos enquanto sujeitos e que os leve a questionar as suas realidades sociais e a sua formação enquanto indivíduo. Nesse sentido, contribuir com a construção da sua identidade e tornar a sala de aula uma diversidade de falas que colabora para o aprendizado coletivo e a formação humana.

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal/88, a educação é um direito de todos, dever do estado e da família, será promovida e também incentivada em conjunto com a sociedade, visando o desenvolvimento dos indivíduos para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho.

Cavalleiro (2012) aponta que a escola e a família representam uma possibilidade de transformação do pensamento sobre a realidade social, no que se refere por exemplo ao mito da democracia racial e que somente uma discussão sobre os preconceitos e as discriminações pode gerar uma mudança na sociedade.

Dialogar sobre narrativas contra-hegemônicas relacionadas a educação é buscar entender a opressão que acontece muitas vezes dentro da própria sala de aula, no racismo institucional, na ausência de debates que permeiam nossas vivências sociais, nas relações de gênero, na classificação dos corpos que são considerados bonitos e aqueles que são feios, nos preconceitos disfarçados, e tudo isso é sentido quando muitos alunos não conseguem entrar numa universidade, ou então, quando entram são culpados e julgados pela cota que entraram e até mesmo quando chegam no mercado de trabalho, se chegarem, não podem ser quem são.

Segundo matéria publicada pelo Jornal Extraclasse em 6 de dezembro de 2018, com base nos dados publicados pela Síntese dos Indicadores Sociais (2018), pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o acesso à universidade para os alunos da rede pública de ensino é menor, cerca de 36% dos alunos que finalizam o Ensino Médio nas escolas públicas entram em uma universidade e comparado com os estudantes da rede privada o número mais que duplica, chegando a 79,2%. Isso revela o quanto o acesso ao Ensino Superior é desigual, o levantamento de dados também mostrou que a maioria dos discentes que cursam o Ensino Superior estão localizados na parcela da população com um quarto da renda per capita mais alta do Brasil.

A Síntese dos Indicadores Sociais (2019), revelou que um jovem branco tem aproximadamente duas vezes mais chances de frequentar ou mesmo concluir uma graduação que um jovem preto ou pardo, sendo 35,7% em contrapartida à 18,9%. No que diz respeito a espaços de moradia, um jovem que reside na zona urbana tem 28,1% de estar frequentando ou ter concluído o curso superior, já os que moram na zona rural tem 9,2% de chances ou seja três vezes menos em comparação. Os que se encontram na universidade ou já tenham concluído o curso, estão localizados no quinto nível populacional maior de renda per capita, 68,5% e os de menor renda somam 7,6%. É perceptível o quanto a educação brasileira não possui uma inclusão social o que explica de forma potencial os níveis de desigualdade.

Essas desigualdades podem ser vistas a partir de uma perspectiva interseccional até mesmo para compreensão das injustiças sociais. Segundo Bernardino-Costa (2015) foi nas décadas de 70 e 80 que o conceito de interseccionalidade teve origem, a partir dos questionamentos das feministas negras estadunidenses sobre o uso universal da categoria mulher. “O conceito é para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p.151), sendo assim a interseccionalidade é o cruzamento dessas formas de opressão e violência, então nunca será somente um marcador que irá definir as desigualdades que são criadas e vivenciadas, mas a presença de mais de um destes. E como as formas de opressão são sentidas nos amplos aspectos da sociedade, a sobreposição dos marcadores sociais é necessária na investigação dos eixos de dominação e discriminação que estão presentes também na educação.

bell hooks (2013) discorre sobre a educação como prática da liberdade a partir de suas experiências, a mesma incorre:

A escola era um ambiente político, pois éramos obrigados a enfrentar a todo momento os pressupostos racistas dos brancos, de que éramos geneticamente inferiores, menos capacitados que os colegas, até incapazes de aprender. Apesar disso, essa política já não era contra-hegemônica. O tempo todo, estávamos somente respondendo e reagindo aos brancos (hooks, 2013, p.12).

A autora presencia essa realidade no período de transição das escolas exclusivas para negros para as escolas mistas onde tanto tinham-se alunos negros como brancos. hooks (2013) afirma que os alunos negros eram vistos como intrusos e que a partir daquela vivência ela aprendeu a diferença entre uma educação como prática da liberdade e uma educação que só trabalha para o reforço da dominação.

Mediante os apontamentos é possível refletir sobre o sistema educacional do Brasil, pensar que o artigo 205 da Constituição, reforça a ideia da escola como um espaço utilizado para qualificação ao mercado de trabalho, verifica-se como o capitalismo adentra esse espaço e como consequência tem-se aquilo que Paulo Freire chama de conformismo social.

Colocar a educação como um ato mecânico, monólogo e de relação vertical é estimular a ingenuidade e satisfazer o interesse dos opressores. “A Educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (hooks, 2013, p.25). Apregoar que todos podem aprender significa a troca de saberes e a

valorização do conhecimento dos estudantes, uma relação horizontal de ensino, reforçando deste modo o potencial transformador da escola. Grande parte dos alunos só começam a estudar sobre sistemas de opressão, sobre padrões de exclusão quando chegam na universidade, imaginemos se esses alunos e os demais aprendessem sobre isso antes, que “estrago” não causaria. Portanto, se faz necessário falar sobre educação libertadora, sobre pedagogia decolonial, sobre construir novas narrativas, porque só assim poderemos construir uma sociedade melhor, com indivíduos conscientes e que tenham capacidade para serem livres.

## **6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

De acordo com hooks (2013) o primeiro paradigma que moldou sua pedagogia foi a ideia de que a sala de aula deveria ser um lugar de entusiasmo e nunca de tédio, a ideia colocada pela autora sobre a importância do entusiasmo é que aulas dinâmicas permitem a maior participação e engajamento dos alunos, quando o professor estimula com a apresentação do conteúdo o levantamento de questões que fazem os estudantes refletirem, opinarem e explorarem suas ideias com as colocações dos diversos pontos de vistas, a sala de aula passa a ser vista com um novo olhar, os educandos passam a compartilhar do sentimento de pertencimento daquele espaço.

Quando hooks teve contato com a obra *Pedagogia do Oprimido* (1968) de Paulo Freire, ali se dava o seu primeiro diálogo com uma pedagogia crítica, ela encontrou em Freire alguém que também acreditava que o aprendizado podia ser libertador. hooks conta no seu ensaio *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade* (2013) que suas práticas pedagógicas nasceram da interação de pedagogias anticolonialistas, crítica e feminista, cada uma dessas iluminavam uma a outra. Desse modo hooks coloca que “[...] cada sala de aula é diferente, que as estratégias têm que ser constantemente modificadas, inventadas e reconceitualizadas para dar conta de cada nova experiência de ensino” (hooks, 2013, p.21). A *Pedagogia Engajada* permite que os alunos, como bem assegura hooks, se tornem participantes ativos e não apenas consumidores.

Os estudantes quando são colocados no papel de consumidores ativos dos conteúdos nas escolas, e são abstraídos de uma participação que lhes permite o protagonismo da sua formação, ressalta a ideia que Paulo Freire traz nos escritos da

Pedagogia do Oprimido, quando o autor aborda a educação bancária, na qual a educação passa a ser um ato de depósito, onde o professor é o depositante e o aluno o depositário, Freire explica que “Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (FREIRE, 1987, p.33). A educação escolar tradicional é chamada por Freire de bancária, por isso, a sua proposta de educação problematizadora que por sua vez impulsiona os sujeitos a compreenderem a realidade na qual estão inseridos, a pedagogia apresentada por Paulo Freire busca romper com a ordem opressora social.

Portanto, a pedagogia freiriana se concretiza na relação teórico-prática, inovando ao alocar o conceito de práxis, de tradição marxista, voltando para a análise do modo de produção capitalista, relacionando-o à educação e orientando-o à luta pela humanização, desalienação e afirmação dos homens, contribuindo, dessa forma, para o processo de emancipação humana (CARVALHO; PIO, 2017, p.431).

Uma educação emancipatória que trabalha com a pluralidade existente em sala de aula é uma possibilidade para entender a formação da história do Brasil, a cultura e a valorização das diferenças, rompendo com os preconceitos que fazem parte de toda uma construção histórica que vai se arrastando até os dias atuais.

Nilma Lino Gomes (2011) fala sobre questões como a discriminação do negro nos livros escolares e que a temática racial e a História da África precisam está presente nos currículos escolares, o silêncio que é promulgado dentro das instituições educacionais pelo racismo, e como que as discriminações raciais vão se reproduzindo nesses espaços, as lutas do Movimento Negro pela educação quando começam a ganhar espaço nas pesquisas educacionais no Brasil resultando segundo Gomes (2011) em questionamentos sobre a política educacional existente no país. Bernardino-Costa (2016) coloca o seguinte:

Se, por um lado, a colonialidade do poder estruturou uma divisão em que os sujeitos coloniais, salvo raras exceções, têm posições específicas no mercado de trabalho, nas estruturas de poder e, praticamente não participam da produção do conhecimento; o projeto decolonial, por outro lado, busca superar esta estrutura de poder por meio da decolonialidade do poder, do ser e do saber (BERNARDINO-COSTA, 2016, p.505).

O negro colocado majoritariamente para ocupar papéis secundários na sociedade, seja na literatura, nas obras de dramaturgia, no cinema, na música, nos espaços políticos, no espaço acadêmico, o corpo negro é marcado por estereótipos racistas e por mais que o Brasil seja um país tão diverso, o racismo acaba sendo uma prática de violência normalizada, devido ao mito de que no país não existe racismo e

assim acontece diariamente o sufocamento de vozes, o preto “morre” engasgado por conta do silenciamento de uma sociedade marcada pela discriminação racial. Isso faz parte também de um projeto político, que é articulado com o objetivo de fazer um apagamento não só da voz, mas também dos corpos negros da sociedade. “Nos ensinam a crer que a dominação é ‘natural’, que os fortes e poderosos têm o direito de governar os fracos e impotentes” (hooks, 2013, p. 43). A educação libertadora é um caminho para que os indivíduos possam compreender a potência de suas vozes, as suas singularidades e poder da junção do coletivo para romper com os padrões opressores.

## **7. METODOLOGIA**

O presente estudo consiste em uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico e documental, cujo trabalho se deteve em uma investigação de materiais teóricos sobre a educação libertadora. A intenção é reunir informações a partir da temática proposta para construir um diálogo interseccional em consonância com a obra de bell hooks *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade* (1994), desta forma fazendo também um resgate das ideias trazidas e apresentadas por Paulo Freire no livro *Pedagogia do Oprimido* (1968), já que a própria bell hooks dialoga com Freire em seu texto.

Além dessas duas obras, iniciamos uma consulta a outros trabalhos que também tratam da temática abordada, portanto, a pesquisa além de ser bibliografia conta com alguns elementos de análise documental com a finalidade de desenvolver uma interpretação mais concisa e melhor elaborada.

A metodologia utilizada será a descritiva, coleta, análise e interpretação de informações tanto de materiais publicados como de fontes primárias, com o objetivo de mensurar os pontos que serão desenvolvidos no estudo.

Fizemos, neste primeiro momento, a escolha do tema, bem como um levantamento teórico preliminar, em seguida, foi formulado a problemática, conseqüente ocorreu a busca de fontes, leitura do material, fichamento dos textos e organização lógica do assunto. A revisão da literatura se tornou fundamental para delimitar os autores que nortearão a pesquisa, já que a concentração central se daria no livro de hooks (1994), mas será necessário buscar outros estudiosos, agregar conceitos e

formular ideias. O conteúdo utilizado abarcará além da análise, a indagação, interpretação e reflexão, deste modo, entendemos que será possível chegar a uma capacidade de síntese e também identificar lacunas, partindo do pressuposto do tema estudado para a reinterpretação e a redescoberta de ideias e conceitos acerca das práticas pedagógicas na educação escolar.

A partir das informações obtidas conseguiu-se a formulação de novas perspectivas em torno das teorias analisadas. “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p.122), o uso dessas categorias de obtenção de dados foi importante não só no sentido das contribuições dos autores, mas também para o diálogo que foi desenvolvido em torno da amostra do estudo.

A educação como prática da liberdade em sua compreensão através da intersecção e sobreposição de marcadores sociais e também de ideias teóricas forneceu uma criticidade com relação aos mecanismos de opressão, entendendo que tais não estão desassociados da educação.

## **8. RESULTADOS ESPERADOS**

O referido estudo pretende contribuir com as discussões já existentes sobre a temática estudada, produzindo um diálogo sobre o atual contexto em que a educação está inserida. Irá propor como na contemporaneidade uma pedagogia autônoma e seus métodos de ensino e aprendizagem poderão ser revolucionários no combate às opressões, violências institucionais, discriminações e apagamento das populações que são constantemente marginalizadas na sociedade.

Não menos importante, o desenvolvimento da pesquisa servirá de subsídio para futuros estudos, como pesquisas de campo que tratam da abordagem do ensino tradicional em locais e comunidades no Brasil, a formação de professores, os currículos escolares, as metodologias ativas de ensino e a educação popular. Desenvolver contribuições teóricas que possam ser verificadas na experiência prática em sala de aula e propor a abordagem interseccional como um caminho sólido para as reflexões em torno da educação.

A teoria como ponto de partida dessa produção do conhecimento, proporcionará o desenvolvimento de ações pedagógicas decoloniais para possíveis estratégias de transformação social, visando uma preocupação com uma melhoria nos processos educacionais do Brasil, visto que no espaço escolar e no cenário educacional do país as mudanças apresentam certo grau de dificuldade, como aponta Carlos Felipe Nunes Moreira (2019):

As lutas sociais por uma educação pública, gratuita, universal, democrática e de qualidade têm se confrontado permanentemente contra uma política educacional que, se por um lado, avançava lentamente nas conquistas liberal-democráticas no plano legal, por outro, não se consubstanciou em sua totalidade no plano da realidade concreta. A interpretação que se pode atribuir a tal fenômeno é que para a expropriação dual do excedente econômico, a formação educacional precarizada da classe trabalhadora das periferias do sistema é necessária para a reprodução dos custos com o capital variável e suficiente para a garantia da realização da mais-valia. Nesse sentido, através de um consenso autoritário e do poder garantido pela concentração político-econômica, é que se localizam a resistência que as elites dirigentes brasileiras opõem à manutenção da educação pública e prega sua contínua descontinuidade (MOREIRA, 2019, p.448).

A educação libertadora é uma maneira de resistir aos ataques que a educação pública sofre, desenvolver estudos sobre uma pedagogia libertadora também é buscar destrinchar as dificuldades para que essas práticas possam ser mais vistas e tenham maior alcance no cenário escolar nacional.

## 9. CRONOGRAMA

ETAPAS	JAN-FEV/2022	MAR-ABR/2022	MAI-JUN/2022	JUL-AGO/2022	SET-OUT/2022	NOV-DEZ/2022
Estudo da Metodologia	X					
Pesquisa bibliográfica e documental		X				
Leitura e Fichamento de textos/ Revisão de Literatura			X	X		
Análise de Conteúdo					X	
Revisão/Redação final						X

## Referências Bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v.30, n.1. Brasília, Universidade de Brasília, 2015, p.147-163. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>> Acesso: Mar. de 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v.16, n.3. Porto Alegre, 2016, p.504-521. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.22915>> Acesso em: Jul. de 2021.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Contexto, 6.ed. São Paulo, 2012. E-book Kindle.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2005, p.87-95. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9\\_CastroGomez.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.pdf)> Acesso em: Abr. de 2021.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.98, n.249. Brasília, 2017, p.428-445. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2729>> Acesso em: Jul. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 17.ed. Rio de Janeiro, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.1. Goiânia, 2011, p.109-121. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19971/11602>> Acesso em: Jul. de 2021.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade**. Editora WMF Martins Fontes Ltda, 1.ed. São Paulo, 2013.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Disputas político-econômicas em torno da democratização educacional brasileira no século XXI. **Revista Katálysis**, v.22, n.3. Florianópolis, 2019, p.447-456. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p447>> Acesso em: Jul. de 2021.

MACENO, Talvanes Eugênio; SILVA, Luiz Felipe Barros. Escola, epidemias virais e o sistema do capital. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, n.13. Ceará, Universidade Federal do Ceará, 2020, p.136-152. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/6-%20escola%20epidemias%20virais%20e%20o%20sistema%20do%20capital.docx.pdf>> Acesso em: Jun. de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2005, p.117-142. Disponível em:

<[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf)> Acesso em: Abr. de 2021.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana. Educação para todos e reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v.7, n.9. Rio de Janeiro, 2009, p.1-24. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/6097/5062>> Acesso em: Jul. de 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. Cortez, 23.ed. rev. e atual. São Paulo, 2007.

## Sites

ACESSO À UNIVERSIDADE É MENOR PARA ALUNOS DE REDE PÚBLICA. **Extraclasse**, 2018. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2018/12/acesso-a-universidade-e-menor-para-alunos-da-rede-publica/>> Acesso em: 5 de Mar. de 2021.

CONTEE, Madalena Guasco Peixoto. Edital do PNLD expõe autoritarismo bolsonarista. **CartaCapital**, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/edital-do-pnld-expoe-autoritarismo-bolsonarista/>> Acesso em: 23 de Jul. de 2021.

FOLHAPRESS. Na Pandemia, MEC registra o menor gasto para educação básica da década. **Folha de Pernambuco**, 2021. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/politica/na-pandemia-mec-registra-o-menor-gasto-para-educacao-basica-da-decada/173510/>> Acesso em: 22 de Jul. de 2021.

NETO, Leonardo. PNLD 2023 deixa de exigir itens de observância a princípios éticos e democráticos. **PublishNews**, 2021. Disponível em: <<https://mobile.publishnews.com.br/materias/2021/02/12/pnld-2023-deixa-de-exigir-itens-de-observancia-a-principios-eticos-e-democraticos>> Acesso em: 23 de Jul. de 2021.

OLIVEIRA, Elida. ‘Ciência e tecnologia acabaram’: em 11 anos, orçamento do MEC para as universidades federais cai 37%. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/12/ciencia-e-tecnologia-acabaram-em-11-anos-orcamento-do-mec-para-as-universidades-federais-cai-37percent.ghtml>> Acesso: 22 de Jul. de 2021.

SALDAÑA, Paulo. Sob Bolsonaro, gasto do MEC com investimentos é o menor desde 2010. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/sob-bolsonaro-gasto-do-mec-com-investimentos-e-o-menor-desde-2015.shtml>> Acesso em: 22 de Jul. de 2021.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: INDICADORES APONTAM AUMENTO DA POBREZA ENTRE 2016 E 2017. **IBGE**, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017#:~:text=Estas%20s%C3%A3o%20algumas%20informa%C3%A7%C3%B5es%20da,IBGE%20e%20de%20outras%20fontes>> Acesso em: 5 de mar. de 2021.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: EM 2019, PROPORÇÃO DE POBRES CAI PARA 24,7% E EXTREMA POBREZA SE MANTÉM EM 6,5% DA POPULAÇÃO. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> Acesso em: 5 de mar. de 2021.